

FRENTE PARLAMENTAR DO EMPREENDEDORISMO - AGENDA LEGISLATIVA (27/05 a 31/05)

CONGRESSO NACIONAL

28/05 - Terça-feira (14h)

Sessão Conjunta - Semipresencial

Destinada à deliberação dos Vetos nos. 46 de 2021; 30 e 65 de 2022; 9, 14 (dispositivos 1 a 3, 5 a 53, 55 a 58, 61 a 64, 66, 67, 109 a 114, 116, 119 a 315, 317, 319 a 390 e 393 a 397), 18, 26 (dispositivos 3 e 5 a 10), 36 (dispositivo 3), 39, 41, 45 (dispositivo 10), 46 (dispositivos 1 a 3, 6, 8 a 12 e 14), 47 (dispositivos 9 a 17) e 48 de 2023; e 1, 4 (dispositivo 64) e 8 de 2024; PLNs nos. 1, 2 e 5 a 11 de 2024; e eleição complementar do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional..

VETO PARCIAL Nº 48/2023

Ementa: Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2018 (nº 116/2023, na Câmara dos Deputados), que "Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para vedar a incidência do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nos casos de transferência de mercadoria entre estabelecimentos do mesmo contribuinte".

Posição FPE: FAVORÁVEL À DERRUBADA DO VETO E MANUTENÇÃO DO TEXTO

PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

27 a 31/05 - Segunda a Sexta-Feira

Reunião Deliberativa

Sem pauta divulgada até o momento

GT- REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA PLP 68 DE 2024

28/05 - Terça-feira (9h)



Abertura do GT

Tema: “Regulamentação da Reforma Tributária - PLP 68/24”

Local: Anexo II, Plenário 02

Objetivo:

- A) Apresentação do Plano de Trabalho; e Audiência Pública com Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda
- B) Audiência Pública com Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda (confirmado)

Posição FPE: Acompanhar

28/05 - Terça-feira (14h30)

Audiência Pública

Tema: “Regulamentação da Reforma Tributária - PLP 68/24”

Local: Anexo II, Plenário 04

Palestrantes:

Antonio Ricardo Alvarez Alban, Presidente Da Confederação Nacional Da Indústria - Cni (A Confirmar);

João Martins Da Silva Junior, Presidente Da Confederação Da Agricultura E Pecuária Do Brasil - Cna (A Confirmar);

Luigi Nese, Presidente Da Confederação Nacional De Serviços - Cns (A Confirmar);

Gilberto Alvarenga, Consultor Tributário, E Felipe Tavares, Economista, Representando A Confederação Nacional Do Comércio De Bens, Serviços E Turismo - Cnc (Confirmados);

Alessandra Brandão, Advogada Tributarista Da Confederação Nacional Do Transporte - Cnt (Confirmada);

Breno Vasconcellos, Consultor Jurídico Da Confederação Nacional De Saúde - Cnsaúde (Confirmado);

Alexandre Leal, Diretor Técnico, De Estudos E De Relações Regulatórias Da Confederação Nacional Das Empresas De Seguros Gerais, Previdência Privada E Vida, Saúde Suplementar E Capitalização - Cnseg (Confirmado);

Paulino Delmar Rodrigues Pereira, Presidente Da Confederação Nacional Dos Estabelecimentos De Ensino - Confenen (A Confirmar);



Rogério Portugal Bacellar, Presidente Da Confederação Nacional De Notários E Registradores - Cnr (Confirmado);

Amanda Oliveira Breda Rezende, Coordenadora Tributária, Representando a Confederação Nacional das Cooperativas - Cncoop (Confirmada); E

Rodrigo Felinto Ibarra Epitacio Maia, Diretor-Presidente da Confederação Nacional Das Instituições Financeiras - Cnf (A Confirmar).

Posição FPE: Acompanhar

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA - CCJC

28/05 - Terça-feira (10h)

Reunião Deliberativa

9- PLP 234/2012

Ementa: Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003". (Apensado: PLP 100/2021)

Explicação da Ementa: Determina que o ISS incida no local do estabelecimento do prestador da mão de obra ou, na falta de estabelecimento onde estiver domiciliado.

Autor: Dep. Laercio Oliveira (PR -SE)

Relator: Dep. Rodrigo Valadares (União-SE), pela inconstitucionalidade, injuridicidade e má técnica legislativa deste; e pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 100/2021, apensado, com substitutivo.

Posição FPE: Contrária ao projeto. Favorável ao parecer do relator

11 - PL 8450/2017

Ementa: Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre o oferecimento ao consumidor de data e turno para agendamento de entrega de produto e de prestação de serviço.

Autor: Sen. Douglas Cintra (PSB-PE)

Relator: Dep. Patrus Ananias (PT/MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, dos Projetos de Lei nºs PL 464/2011, PL 521/2011, 700/2011, 5149/2013, 1752/2015, 2500/2015, 4386/2016, 1387/2015, 3776/2015, 6942/2017, 8435/2017, PL 5214/2016, 5507/2016, 1363/2019, 2582/2021, 1133/2022, 8627/2017, 6523/2009, 677/2020, 2066/2022, 737/2020, 1080/2020, 1695/2022 e 1829/2022, apensados, do Substitutivo da



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA - CCJC

28/05 - Terça-feira (10h)

Comissão de Defesa do Consumidor, da Emenda ao Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor e das Emendas da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, com emendas.

Posição FPE: Contrária ao projeto e ao parecer

17 - PL 5379/2019

Ementa: Dispõe sobre os direitos básicos das microempresas e empresas de pequeno porte e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Altera a Lei Complementar nº 123, de 2006 e o Decreto-lei nº 2.848, de 1940, Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Autor: Dep. Alexis Fonteyne (Novo-SP) e Adriana Ventura (Novo-SP)

Relator: Dep. Lucas Redecker (PSDB-RS), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emendas.

Posição FPE: Favorável ao projeto e ao parecer

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS - CICS

28/05 - Terça-feira (10h)

Sem pautas de interesse

COMISSÃO DO TRABALHO - CTRAB

27/05 - Segunda-feira (08h30)

Audiência Pública

Tema: "Seminário Externo para "debater o contexto político e legislativo dos Trabalhadores por Plataforma (Aplicativos) "

(Req Nº 36/2024/CTRAB dos Deputados Flávia Moraes, Leo Prates)





COMISSÃO DO TRABALHO - CTAB

Local: Plenário da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa de Goiás

Convidados:

NIVALDO DOS SANTOS - confirmado
Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Goiás do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

GERALDO RODRIGUES DO NASCIMENTO - a confirmar
Desembargador, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho - GO

MARCELLO RIBEIRO SILVA - confirmado
Procurador - Representante do Ministério Público do Trabalho - MPT

ANDRÉ PORTO - confirmado
Representante das empresas de serviço por aplicativos - Amobitec

PEDRO Kerdol da Silva Júnior - confirmado Presidente da Astago - Associação dos trabalhadores por aplicativos de Goiás

MARCIONE LUIZ ARAUJO SILVA - confirmado
Representantes dos entregadores por aplicativos

Posição FPE: Acompanhar

29/05 - Quinta-feira (15h)

Reunião Deliberativa

Não foi convocada reunião

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - CDE

28/05 - Quarta-feira (10h)

Reunião Deliberativa

Não foi convocada reunião



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CDC

92/05 - Quarta-feira (14h)

Reunião Deliberativa

Não foi convocada reunião

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO - CFT

28/05 - Terça-Feira (10h)

Reunião Deliberativa

REQ 30/2024- Requer aditamento ao Req. nº 10/2023 - CFT, para inclusão de convidado na realização de audiência pública

Explicação da Ementa: discutir amplamente o Projeto de Lei Complementar PLP 12/2024, que dispõe sobre a relação de trabalho intermediado por empresas operadoras de aplicativos de transporte remunerado privado individual de passageiros em veículos automotores de quatro rodas e estabelece mecanismos de inclusão previdenciária e outros direitos para a melhoria das condições de trabalho

Autor: Júnior Mano (PL-CE)

Posição FPE: Favorável

REQ 38/2024- Requer a realização de reunião de audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 4512, de 2020, que altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para dispor sobre medidas de proteção à concorrência, à inclusão financeira, à inovação e à diversidade dos modelos de negócios das instituições de pagamento e dos arranjos de pagamento.

Autor: Gilberto Abramo (Republicanos-MG)

Posição FPE: Favorável

REQ 40/2024- Requer aditamento ao REQ nº 18/2024-CFT, aprovado neste Comissão, para incluir o nome do Diretor de Relações Institucionais da Brasscom, Sergio Sgobbi, na audiência pública para debater o modelo de cobrança automática dos tributos que será implantado com a aprovação da PEC da Reforma Tributária.

Autor: Luiz Carlos Hauly (PODE-PR)



Posição FPE: Favorável

REQ 42/2024- Requer a realização de audiência pública para instruir o PLP 68/2024, que trata sobre a Regulamentação da Reforma Tributária (EC 132/2023).

Autor: Marcelo Queiroz (PP-RJ)

Posição FPE: Favorável

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS (CPOVOS)

28/05 - Terça-feira (13h)

Reunião Deliberativa

REQ 16/2024- Requer a realização de Audiência Pública para debater PLP 47/2024, que “Dispõe sobre o Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas (FUNDSAM) e do Fundo de Desenvolvimento Sustentável dos Estados da Amazônia Ocidental e do Amapá”.

Autor: Delegado Caveira (PL-PA)

Posição FPE: Favorável

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CCTI)

28/05 - Terça-feira (9h)

Reunião Deliberativa

Sem pautas de interesse

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES (CVT)

28/05 - Terça-feira (10h30)

Reunião Deliberativa



COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES (CVT)

REQ 43/2024 - Requer a realização de Audiência Pública para debater o PLP 43/2024, que regulamenta a tributação dos combustíveis e lubrificantes previstos no inciso I, do §6º, do art. 156-A e art. 195, V, da Constituição Federal.

Autor: Paulo Alexandre Barbosa (PSDB/SP)

Posição FPE: Favorável

REQ 44/2024 - Requer a realização de audiência pública sobre os desafios e oportunidades da reforma tributária para o setor automotivo.

Autor: Gilberto Abramo (Republicanos-MG)

Posição FPE: Favorável

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

28/05 - Terça-feira (10h30)

Reunião Deliberativa

REQ 35/2024 - Requer a realização de audiência pública para debater o PLP 29/2024, que Dispõe sobre a regulamentação do imposto seletivo previsto na Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023.

Autor: Dep. Zé Silva (Solidariedade-MG)

Posição FPE: Favorável

